

## A QUESTÃO AMBIENTAL E A NOVA GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES: IMPACTOS E PRESSÕES SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA

### ENVIRONMENTAL ISSUE AND A NEW GEOPOLITICS OF NATIONS: IMPACTS AND PRESSURES ON THE BRAZILIAN AMAZON

MARCELO DE MOURA CARNEIRO CAMPELLO

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
campellogeo@gmail.com

**RESUMO.** Através de um contexto civilizatório contraditório e que conta com uma visão polarizada sobre o futuro ecológico global sob a constante ameaça das mudanças climáticas, inclusive com estudos difundidos por grande parte da academia sem a necessária comprovação científica, o meio ambiente e também a Amazônia foram colocados no centro do debate. A ecologia, neste século, tornou-se um novo parâmetro da geopolítica mundial, que através de mecanismos ideológicos e pressões políticas variadas tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos. Este artigo pretende analisar o contexto geopolítico de inserção da questão ambiental como um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista. Existe uma clara tentativa estratégica dos países centrais e de suas corporações, o que apontamos como a 'fusão' dos Estados nacionais com suas respectivas economias-nacionais, de impor aos países periféricos e semiperiféricos padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Para tanto, fez-se uma leitura das pressões e ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal. Desse modo, observa-se que não há, contudo, críticas e tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental. Concluiu-se que a sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional e, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais. A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem?

**PALAVRAS-CHAVE.** AMAZÔNIA, QUESTÃO AMBIENTAL, GEOPOLÍTICA.

**ABSTRACT.** By a contradictory civilizational context and that has a polarized view on global ecological future under the constant threat of climate change, including studies spread throughout much of academia without sufficient scientific evidence, the environment and the Amazon were also placed the center of the debate. Ecology, in this century, has become a new parameter of global geopolitical, ideological mechanisms through which various political pressures and attempts to impose the environment as a national project to peripheral countries. This article aims to analyze the geopolitical context of inclusion of environmental issues as a key theme in discussions in the capitalist interstate system. There is a clear strategic attempt by the core countries and their corporations, which pointed as the 'fusion' of national states with their national economies-to impose on peripheral and semi-peripheral countries patterns of economic development, such as sustainable development and the economy green. As such, there is a pressure readings and ambiguities of political environmentalism over the Brazilian Amazon at this juncture of the interstate system. Thus, it is observed that there is, however, critical nor structural changes in the Western development model. It was concluded that sustainability required by the global community to Amazon, anchored in environmental and climate dimension, does not take into account the situation in which it is the regional population, much less, its economic difficulties and social and environmental conditions. The Amazon has become a global environmental symbol. But to whom?

**KEYWORDS.** AMAZON, ENVIRONMENTAL ISSUES, GEOPOLITICS.

## APRESENTAÇÃO DO TEMA

Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas diferentes. Por um lado, no mundo contemporâneo, proliferam estudos científicos ecológicos difundidos por diferentes vozes, que afirmam que o aumento da escala de ação humana no planeta Terra levou à ciência a nos reconhecer como uma força geofísica com elevado poder de transformação da ordem natural do meio e que devido aos crescentes impactos antrópicos ‘ecoagressivos’ ao planeta, o futuro da humanidade está em risco. A outra motivação, justificativa teórica dessa pesquisa, colocou o meio ambiente no centro de um debate geopolítico global e surge por razões que ultrapassam o caráter ecológico. A questão ambiental tornou-se, também, um tema geopolítico transdisciplinar com importante relevância na agenda de Estados nacionais e de atores políticos e econômicos com influência global.

É preciso questionar o modo como a questão ambiental vem sendo discutida na ‘arena’ geopolítica interestatal do sistema capitalista através de mecanismos de regulação econômica e ingerências políticas, principalmente lideradas pelos países centrais e das fundações, organizações sociais e científicas que os representam.

Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados com os países periféricos do sistema interestatal capitalista que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas grandes corporações econômicas e organizações político-sociais de, novamente na história, assumirem a liderança de um novo processo, chamado aqui de ‘ambientalização’. Há uma imposição ao restante do mundo padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde, e também a mercantilização de elementos da natureza na lógica da globalização financeira neoliberal, como o programa de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e o Mercado de Crédito de Carbono, que podem favorecer o enriquecimento daqueles que já possuem melhores condições socioeconômicas e já erradicaram a fome e a pobreza há mais de um século, que detêm elevado grau de industrialização e estão na ponta das inovações científicas e tecnológicas.

Propôs-se, neste ensaio, discutir a hipótese de uma imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos emergentes e em desenvolvimento numa ordem mundial baseada em múltiplos polos de poder econômico –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de ‘ambientalização’. Pretende-se fazer uma leitura das pressões e ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.

## PROBLEMÁTICA

A ecologia, neste século, é um novo parâmetro da geopolítica mundial, que através de mecanismos ideológicos e pressões políticas variadas tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos (BECKER, 1992). Salienta-se que os países periféricos e os semiperiféricos, incluindo aí o Brasil, possuem fontes de biodiversidade de incalculável valor estratégico e econômico, elevadas taxas de crescimento econômico e redefinem a economia global neste início do terceiro milênio.

Uma das interpretações teóricas dessa pesquisa situa-se na leitura de que tal discurso ambientalista apareceu no fim da década de 1960 e início dos anos 1970 num contexto marcado pela recessão dos países centrais, onde se procurou difundir a tese de que os efeitos da agressão ambiental não se expressariam localmente, obrigando a pensar em um sistema globalizado e interdependente, porém obedecendo à lógica perversa da perpetuação da divisão internacional do trabalho e a desigualdade entre centro e periferia. Atualmente, contudo, é consenso que a questão da preservação do meio ambiente depende, necessariamente, da erradicação da pobreza, do domínio de novas tecnologias e de uma ruptura total com o modelo de organização socioeconômica no qual vivemos.

Tal debate tem a Amazônia sul-americana – especialmente a Amazônia brasileira – como cenário propício para as discussões políticas presentes nos fóruns globais. Analisar como se desenvolve esta imposição sobre a Amazônia brasileira, região que conta com o maior patrimônio natural global e recorte de análise desta pesquisa, e as estratégias que vêm sendo adotadas pelo Brasil e também as que poderiam representar um novo padrão de desenvolvimento para a região, também se constituem como alguns dos objetivos desta dissertação.

### **QUESTÃO CENTRAL: A AMAZÔNIA NO GRANDE JOGO GEOPOLÍTICO AMBIENTAL**

A bacia amazônica abrange uma área de 7 milhões de quilômetros quadrados, compreendendo terras do Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa – Departamento Ultramarino da França e da União Europeia na costa norte da América do Sul. É a maior bacia fluvial do mundo e cerca de 3,8 milhões de Km<sup>2</sup> dessa riqueza estratégica encontram-se em território brasileiro.

A região, por um lado, apresenta sérios riscos de sofrer ingerências externas através de uma ‘onda’ global de mecanismos e ideologias que buscam reconhecê-la como a principal portadora da biodiversidade e com papel decisivo na regulação climática do planeta. Por outro lado, o Estado brasileiro poderia aproveitar esta oportunidade política e incentivar um pleno desenvolvimento amazônico, pautado no conhecimento da natureza, algo que não vem sendo feito, para fortalecer o interesse e a presença nacional e também a soberania de outros Estados nacionais que compõem a bacia.

A globalização da economia mundial e a hegemonia do modelo neoliberal são estratégias capitaneadas por agentes com um duplo discurso. Os mesmos que lutam pela padronização de modelos de desenvolvimento, como a atual economia verde, definida pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, como o ‘New Green Deal’, são aqueles que promovem a degradação ambiental e tentam impor modos de vida e de produção baseados no consumo em uma nova lógica de organização da economia e da ecologia baseada no pagamento feito pelos ricos pelo direito de poluir em troca da imobilização de imensas reservas naturais dos mais pobres.

A questão ecológica não existe de forma independente. A crise ambiental de hoje é não só consequência do descontrolado processo produtivo atual nos países subdesenvolvidos, como também resultado abusivo dos recursos naturais, em tempos passados, pelos países hoje ricos. Portanto, na mesa de negociações do financiamento das ações preservacionistas deveriam participar não só os países subdesenvolvidos e os credores internacionais, mas também os

países ricos, cujo desenvolvimento baseou-se num modelo predador e poluente (MAIMON, 1992, p. 275).

Vê-se que por detrás de uma ideologia pseudo-humanitária, há um modelo autoritário de sociedade (ALMEIDA E CARVALHO, 2009).

A questão ambiental travada nos debates políticos globais é complexa e envolve múltiplos interesses, devido ao fato de que a manutenção e a preservação da biodiversidade terrestre e o foco na regulação climática atmosférica são apenas alguns dos interesses explícitos presentes em questões estatais, das grandes corporações transnacionais e instituições multilaterais, da sociedade civil, inclusive por determinados grupos de intelectuais, ONGs etc. Porém, o que pode estar por trás de tais interesses, ou ainda, o que há de legítimo na discussão ambiental tal como apresentada na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista? E quais são as implicações desse contexto político sobre a Amazônia brasileira?

Observando a escala continental e nacional, a Amazônia sul-americana, especialmente a Amazônia brasileira – recorte de análise desta pesquisa – vem sofrendo intensas ingerências externas veladas por uma ideologia globalizante colocada, sobretudo nos grandes fóruns globais, como nas últimas Conferências das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável. Nas próximas décadas para o Brasil, e também para outros países sul-americanos, ter a Amazônia em seus territórios pode se tornar um peso político com pelo menos duas faces em razão da importância que ela passou a ter como símbolo e regulador estratégico de gases emissores de efeito estufa (GEEs). Por um lado, para o Brasil e seus vizinhos, a Amazônia pode representar um símbolo de soberania nacional e, quiçá, de um novo padrão de integração e desenvolvimento regional. Por outro lado, possuí-la em seus territórios pode representar uma ameaça às suas soberanias em razão do inestimável valor estratégico de regulação climática global que tornou a região portadora da segurança ambiental do gênero de vida humano.

Não se pode negar também que o tipo de integração regional e projetos de desenvolvimento em andamento, que colocam a Amazônia como corredor de exportações de *commodities* agrícolas e minerais para o Pacífico, em especial para a China, favorece e dá suporte para a proliferação de um discurso ambientalista conservador devido ao seu caráter ‘ecoagressivo’, primário-exportador e predatório de recursos naturais. Os países amazônicos estão perdendo uma oportunidade real de saltarem de uma estrutura produtiva arcaica para uma pautada no conhecimento da natureza e da biotecnologia, áreas estratégicas do moderno capitalismo (CAMPELLO, 2011). Os países amazônicos e, especialmente o Brasil, devem-se perguntar: desmatar no ritmo do agronegócio ou preservar para se apropriar do patrimônio genético?

Fazendo uma projeção de um provável futuro cenário geopolítico global baseado na questão ambiental, os países sul-americanos, em especial o Brasil, podem estar perdendo uma oportunidade de serem líderes de um processo que um desenvolvimento socioeconômico, erradicação da fome e pobreza, e que o promova bem-estar à população e a sustentabilidade da natureza às próximas gerações.

Todavia, uma falsa dicotomia entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental vem tornando o ambiente alvo de interesses conflitantes. Na Amazônia, a crise ambiental deve ser vista a partir de uma abordagem geopolítica na ‘arena’ do sistema interestatal capitalista. O olhar

da comunidade internacional volta-se para a Amazônia e a preservação das florestas tropicais. Este olhar pressupõe ‘soluções comuns’, idealizadas por países centrais, para economias e sociedades diferenciadas, além do pagamento de serviços ambientais que podem imobilizar o bioma sem agregar real valor à floresta em pé, e mantendo-se o padrão de acumulação nas mãos dos grandes proprietários de terra.

Nesse sentido, o Mercado de Carbono e o REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), este último atualmente conhecido por REDD+, são exemplos de políticas ambientais insustentáveis do ponto de vista político e socioeconômico sob a luz da globalização financeira e também do ambiente. Ambas representam políticas e mecanismos regulatórios vinculados à mercantilização dos elementos da natureza. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, o REDD representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa nos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros que podem poluir e se desenvolver ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema, apenas coloca limitações de crescimento econômico aos mais pobres.

A crítica internacional na região ainda não revelou sua verdadeira face. O objetivo de tais mecanismos é frear a devastação ambiental ou há outros fatores envolvidos na Amazônia? Os benefícios para os amazônidas ainda não estão claros e se percebem interesses econômicos e políticos, sobretudo estratégias de apropriação geoeconômica de atores, nas riquezas regionais extremamente mal utilizados pelos países amazônicos.

Desta forma, compreender as problemáticas da Amazônia, região que carrega o peso de ser símbolo de um desafio ecológico global, e área de disputa entre as grandes potências e, mesmo, dentro do tabuleiro político nacional, é um grande desafio geopolítico.

## **A AMAZÔNIA COMO SÍMBOLO ECOLÓGICO GLOBAL. PARA QUEM?**

Para entendermos como a Amazônia se transformou em símbolo ecológico, é preciso remontar a meados do século passado.

Becker (2010b) assinala que:

A partir dos 1970 a revolução científico-tecnológica valorizou duplamente a natureza amazônica, como capital natural e como condição de sobrevivência do planeta. Ao mesmo tempo, a crescente velocidade e a incerteza dos processos globais tornam difícil discernir o significado efetivo dos projetos propostos para seu desenvolvimento. A difusão ampla e veloz dos perigos do aquecimento global e da economia verde como uma solução, dificultam uma reflexão maior sobre o interesse nacional e regional na adoção dessas proposições (BECKER, 2010b, p, 1).

Somente após a década de 1970 e também pela luta e o ‘empate’ dos seringueiros pela preservação de seu modo de vida baseado na exploração sustentável dos recursos florestais, liderados por Chico Mendes, que a atenção da comunidade internacional volta-se aos sangrentos conflitos pela posse da terra (grileiros x posseiros) e no avanço cada vez maior da agropecuária aos moldes da *plantation* e da extração ilegal de madeira. Nos anos 1980, em face da escala de grandes

projetos, inclusive madeireiros, que atuam diretamente sobre vastas extensões de florestas, estão sendo atingidas diretamente as comunidades indígenas e extrativistas. A região, ainda na década de 1980, tornou-se cenário para as discussões ambientalistas pela preservação das florestas tropicais.

Observa-se que a natureza, desde então, foi dissociada da sociedade, e as cidades e homens como que situados fora do meio ambiente. A questão ambiental surge, portanto, como um tema político e, nessa perspectiva, a vida dos amazônidas e as mazelas sociais regionais não mereceram tanta ênfase.

Szwarcwald *et al.* (1992, p. 251), apontam que a “consciência da preservação ecológica só pode ser interiorizada e reproduzida quando as sociedades e, em particular, os indivíduos que a compõem se sentirem atores na construção de uma ordem social que os considere e os inclua”. As características da utopia ambiental ora em voga excluem as camadas mais pobres e os países periféricos da sociedade de consumo em nome do bem estar global que, contraditoriamente, não os atinge.

Os homens parecem não saber que somos parte do meio ambiente. Mais do que isso, o ambiente é composto pela lógica da natureza e pela lógica da sociedade (Becker, 1992). A apropriação do ambientalismo preservacionista pela vertente da sustentabilidade econômica é colocada a seguir:

A lógica cultural dos movimentos sociais se associa à dos movimentos ambientalistas, convergindo para a meta de preservação da natureza baseada em alianças com as populações locais e favorecendo a implantação das reservas de valor (áreas protegidas). Porém, os avanços na globalização dos mercados e nas tecnologias desestabilizam esse contexto. Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista mundial, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o desenvolvimento sustentável toma novo rumo. Torna-se mais forte a sua vertente econômica. Inaugura-se o capital natural (BECKER, 2011c).

Certamente, é preciso conter o desflorestamento que exerce impactos negativos na saúde da população e na economia a longo prazo da Amazônia, que perde os serviços de saúde que os ecossistemas podem oferecer, como a cura de doenças e tratamentos fitoterápicos, e sofrem os efeitos da poluição e vinda de vetores e pragas para o ambiente urbano. O mero ambientalismo ‘fundamentalista’ não protege a natureza e tampouco impede o avanço das *commodities*, que na lógica de economia de fronteira, derruba florestas e dá lugar a pastos, especulação e conflitos fundiários, inaugurando o apogeu do agronegócio na política nacional (como a polêmica do *Código Florestal* no Congresso Nacional que se arrastou durante anos).

A ideia de defesa das florestas tropicais, em especial da Amazônia, reside em sua dupla função. De pé, ela retém GEEs, tornando-se verdadeiros sumidouros de carbono; e se for derrubada e queimada, pelo contrário, constitui-se uma forte emissora desses gases (BECKER, 2007). Não se pode negar a importância da luta ambientalista, mas é impossível controlar e evitar o uso da terra em tão gigantesca região sem criar alternativas econômicas viáveis que forneçam perspectivas e geração de renda para a população. É de fundamental importância o debate sobre novas propostas para a preservação do patrimônio natural da Amazônia, mas com o pensamento que considere, além de determinados aspectos do bioma, a questão social evidenciada pelo fato de que a Amazônia brasileira abriga em seu interior vinte e cinco milhões de habitantes, dos quais mais de 70% vivem em cidades.

A visão dominante ambientalista, além de não levar em conta os danos ambientais históricos dos países centrais sobre os recursos naturais e a saúde humana, torna-se uma imposição estratégica aos países periféricos e emergentes. Tal pressão ainda não revelou sua verdadeira face: ingerência externa, pacto climático, interesse nos recursos naturais e culturais?

O Mercado de Carbono e o REDD (*Reduced Emissions for Deforestation and Degradation*) são exemplos de pressões políticas que, na concepção dessa dissertação, são insustentáveis do ponto de vista político, socioeconômico e, principalmente, ambiental. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa aos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros, que podem poluir ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema; apenas coloca limitações de crescimento aos mais pobres. Becker (2011b) complementa que a proposta REDD mantém as florestas improdutivas, envolve as florestas nativas, não possui clareza quanto a quem recebe o financiamento e não atinge as causas do desflorestamento, isto é, a mudança no padrão de produção e consumo do sistema interestatal capitalista.

Sendo a Amazônia alvo de interesses de muitos países, corporações e pessoas externas à região, caberia ao Brasil, como maior detentor desse bioma, identificar os problemas regionais e propor soluções que viabilizassem o seu desenvolvimento. Entretanto, o desenvolvimento sustentável que se pretende para a Amazônia deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de setores da economia, como um desenvolvimento tecnocientífico das estruturas produtivas aliado às melhorias sociais e à universalidade da saúde, que envolve também o acesso à cultura e a representação política em consonância e harmonia com o meio ambiente. Assim sendo, tal desenvolvimento deve ser condicionado para a melhoria nas condições de vida dos verdadeiros protetores da floresta, a população regional. Contudo, diversos conflitos de interesses dificultam a utilização de concepções e ações adequadas para esse desenvolvimento regional (BECKER, 2005).

É preciso definir um novo padrão de desenvolvimento regional para a Amazônia, que considere não só a dimensão ambiental, mas também o problema social. Além disso, “A Amazônia já é verde. Precisa mesmo é de uma base econômica que assim a mantenha” (BECKER, 2011A). Em outras palavras, a defesa da floresta apenas funcionará com base em atividades produtivas que valorizem e utilizem o patrimônio natural e cultural regional.

Pois, independentemente dos interesses externos na região, evitar o desflorestamento é necessário, pois a floresta recicla mais da metade da água que circula no ecossistema regional (que contém 20% de água doce do planeta), representa 50 bilhões de toneladas de carbono e contém boa parte das espécies conhecidas no mundo. Seu potencial econômico é imenso e o desflorestamento, de fato, é o ‘suicídio’ do bioma.

O conceito dominante de desenvolvimento sustentável extremamente abstrato é, por isso, amplamente difundido na academia e no público em geral. O Relatório Brundtland *et al* (1987) o define como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. A noção de sustentabilidade deveria ser ampliada para algo que ultrapasse os aspectos econômico e energético e envolva a melhoria

da qualidade de vida da maior parte da população, sem colocar em risco a sobrevivência humana no planeta. A Amazônia precisa ter um caminho autônomo para o desenvolvimento. Não há um modelo ou estratégia únicos, mas apenas princípios básicos: poupar recursos eliminando desperdício, articulação insumo-produto na produção, valorização da diferença para obter complementaridade, envolvimento da população no processo (BECKER, 2011b). Esse tipo de desenvolvimento deve ser produtivo.

Há conhecimento e produção suficientes para alcançarmos de fato uma ‘aldeia global’, no entanto, no atual modelo de desenvolvimento não há distribuição alguma das benesses do capitalismo. Com a globalização perversa, alguns, para continuarem em posição de destaque, necessitam da exploração de populações e de territórios alheios, das diferenças de oportunidades e de consumo, e da perpetuação da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000).

As pressões sobre a região atuam através de diferentes meios. Atuam através do discurso da desestatização, de uma complexa relação de ONGs com objetivos ecológicos suspeitos, da relação duvidosa de grupos empresariais com a mídia, da imposição do modo de uso dos territórios nacionais, da retração de crédito das principais organizações financeiras globais para projetos considerados ‘poluentes’ etc. Sobre os riscos associados às tais imposições, Becker (1992) assinala que:

A questão tecno(ecol)ógica é, antes de tudo, uma questão nacional. O ponto de partida para enfrentá-la é reconhecer e reafirmar que a Amazônia não é a Antártida – parcelada pelas grandes potências mundiais –, ela é o patrimônio essencial da nação brasileira (BECKER, 1992, p. 193).

A globalização colocou o desafio ecológico como questão de sobrevivência da humanidade, e a Amazônia é um símbolo desse desafio. Entretanto, a questão amazônica é social, e aceitar as imposições ‘ambientalistas’ oriundas do ‘Norte’ é retirar mais da metade do território produtivo nacional e consolidar a pobreza na região. O Brasil é uma potência média semiperiférica, posição alcançada com altos custos ambientais e sociais. É, portanto, injustificável negar à sociedade brasileira o direito ao uso dos seus recursos e ao produto do seu trabalho acumulado, vitais para a redinamização de sua economia e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Como os países amazônicos podem, de uma maneira soberana, buscar a simbiose de um modelo que utilize o biovalor como estratégia de desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos? A estratégia pode ser a de tornar a floresta um laboratório vivo e avançado em ciência, tecnologia e inovação (CT/I), com foco na cura de doenças, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos. O futuro do capitalismo se reconfigura em sua forma ‘bio’, isto é, como biocapitalismo. Com a concorrência interestatal em CT/I, o biocapital poderá abrir possibilidades de extração de biovalor e uma tentativa de reinvenção do capitalismo. É com base nessa perspectiva que Acero (2011) argumenta que, com o sistema de patentes cada vez mais se tornando uma ferramenta estratégica, o biocapital se expande para todos os âmbitos da produção e da reprodução social.

Mota (2006), por sua vez, sustenta que a valorização de recursos naturais resume-se em um conjunto de métodos úteis para mensurar os benefícios proporcionados pelos ativos naturais e ambientais, os quais se referem aos fluxos de bens e serviços oferecidos pela natureza às atividades econômicas e humanas.

Na perspectiva de valorização de uma economia verde autônoma para a Amazônia, conciliar o aproveitamento econômico com a sustentabilidade ambiental é um dos grandes desafios da sociedade e do Estado brasileiro. Para a região, a valoração econômica dos recursos naturais é a estratégia de defesa de sua própria natureza.

Os habitantes da região, sobretudo das cidades amazônicas, e não os ‘palestrantes e gestores do Norte’, são os que mais sentem a verdadeira questão ambiental que atinge o bioma, principalmente, pela omissão ou pelas tentativas desastrosas de ocupar, povoar e dinamizar a região patrocinadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

Inegavelmente, conter o desflorestamento deve ser uma política de Estado, mas a não utilização do patrimônio natural e a privatização de grandes áreas florestais em troca de ‘créditos de carbono’ obtidos pela mercantilização e financeirização dos elementos da natureza pode ser um risco gigantesco para o país. Risco pelas tentativas de apropriação do banco genético regional e por perdermos uma oportunidade de investir em uma ‘moderna economia florestal’ baseada no conhecimento da natureza e em investimentos em P&D e em CT/I. E também pela omissão política por manter milhões de pessoas e a maior parcela do território brasileiro em uma ‘eterna’ condição, sob o *status* de periferia nacional.

## RESULTADOS FINAIS

Uma interpretação crítica da atual conjuntura do sistema interestatal capitalista favorece o entendimento de que o contexto no qual aparece a questão ambiental não obedece exclusivamente a uma constatação de base ecológica, mas sim imbuídos de caráter político e econômico. A preocupação ambientalista, sobretudo de países centrais e de corporações transnacionais poderosas não surge somente em razão de um sentimento legítimo devido aos impactos antrópicos ao crescente esgotamento dos recursos naturais, à possível escassez de água potável ainda na primeira metade desse século, à degradação de terras agricultáveis e à ameaça das mudanças climáticas que levou à ciência a reconhecer o *Antropoceno* como uma nova era geológica (BOFF, 2011; SACHS, 2011; ABRAMOVAY, 2013). Não obstante, também é repleta de interesses geopolíticos para frear o crescimento econômico da periferia, manter o *status quo* e a divisão internacional do trabalho, controlar vastas áreas estratégicas e como forma de dominação político-ideológica e econômico-financeira em uma ordem mundial caracterizada pela emergência de novos polos de poder.

Através de um contexto civilizatório contraditório e que conta com uma visão polarizada sobre o futuro ecológico global sob a constante ameaça das mudanças climáticas, inclusive com estudos difundidos por grande parte da academia sem a necessária comprovação científica, o meio ambiente e também a Amazônia foram colocados no centro do debate.

A ecologia, neste século, tornou-se um novo parâmetro da geopolítica mundial, que através de mecanismos ideológicos e pressões políticas variadas tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos (BECKER, 1992).

É preciso reconhecer as ambiguidades e os interesses inseridos no contexto geopolítico de inserção da questão ambiental como um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista. Inserção que ocorre, sobretudo pela difusão de pressupostos com motivações político-ideológicas que ultrapassam o caráter ecológico. Existe uma clara tentativa estratégica dos

países centrais e de suas corporações, o que apontamos como a ‘fusão’ dos Estados nacionais com suas respectivas economias-nacionais, de impor aos países periféricos e semiperiféricos padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde.

Investigou-se a imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de ‘ambientalização’. Constatou-se que a sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional e, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais, apontando para os outros interesses envolvidos nessa discussão que ultrapassa uma consciência ecológica-legítima.

Tal imposição sobre a Amazônia vem ocorrendo por variadas formas de pressão, que passa pela ideologia, envolve a economia, a própria ciência e os movimentos sociais, e também os organismos multilaterais, como as Nações Unidas. Buscou-se apresentar os riscos associados destes mecanismos regulatórios difundidos e as ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.

Entretanto, o Brasil, por meio de suas ações ‘ecoagressivas’ e por históricas tentativas desastrosas de ocupação e ‘desenvolvimento’ regional, tornou-se um dos cinco maiores emissores de GEEs, dos quais, ano a ano, cerca de 60% resultam da mudança no uso do solo e (tais como o desmatamento e as queimadas). Deste total, 67% ocorrem na Amazônia (IPAM, 2013).

Estas ações, por um lado, apontam para a incapacidade nacional de lidar com tamanha e tão complexa região, o que repercute negativamente no bem-estar de sua população devido aos seus baixíssimos indicadores socioeconômicos e sanitário-ambientais. Por outro lado, a falta de um padrão de desenvolvimento que agregue valor à floresta em pé fornece subsídios a uma crítica ambientalista utópica e ‘primeiro-mundista’ que, na lógica do pagamento para continuar poluindo em troca da captação de carbono, não rediscute e legitima as ações do modelo de produção hegemônico.

Dessa forma, o Brasil precisa imprimir saltos qualitativos em seu desenvolvimento autônomo e equilibrado com as necessidades socioambientais nacionais, elegendo a Amazônia como símbolo de um novo processo de desenvolvimento. A apropriação do patrimônio natural a partir de uma revolução socioeconômica amazônica pautada no conhecimento da natureza constituem formas autônomas de promover a salubridade ambiental e o bem-estar dos habitantes da região, amplamente esquecidos na discussão que colocou o bioma como guardião do futuro climático global.

Além disso, a Amazônia pode contribuir para o desenvolvimento regional através de um novo modelo de desenvolvimento, de autonomia e de defesa da floresta que valorize o patrimônio natural e sociocultural. Uma integração regional sob a liderança brasileira poderia fortalecer um novo modelo de desenvolvimento que se contraporá à pressão ambientalista que reina sobre a região. Porém, como visto, o que se expande é a devastação patrocinada pelos Estados nacionais sul-americanos. Considera-se, nessa investigação, urgente uma ruptura como o atual modelo econômico da região baseado na exportação de *commodities*.

A chave deste processo vai depender de nossa capacidade de reorganizar e articular o subcontinente – uma das mais antigas periferias do sistema mundial capitalista.

O capitalismo se mantém forte e se reinventa através de um neoliberalismo ‘esverdeado’

ou de um ‘*global new green deal*’. A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, vem buscando afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas – que exigem necessariamente o domínio de ‘tecno(eco)logias’ – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza, controlar recursos estratégicos, se apropriar da biodiversidade e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho.

A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem?

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. *O antropoceno e os limites da Terra*. Artigo: Valor Econômico, 05 de março de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/3031108/o-antropoceno-e-os-limites-da-terra#ixzz2MfyQAZZn>
- ACERO, L. *Pesquisas e Terapias com Células-Tronco: Governança, visões sociais e o debate no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- ALMEIDA, A; CARVALHO, G. (Orgs). *O Plano IIRSA na sociedade civil pan-amazônica*. Belém: Fase, 2009.
- BECKER, B. Amazônia brasileira: Uma área crítica no contexto geopolítico mundial. In: Maciel, Tânia (Org.). *O meio ambiente inteiro: A contribuição crítica da Universidade à questão ambiental*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1991, p. 91-122.
- \_\_\_\_\_. Repensando a Questão Ambiental no Brasil a partir da Geografia Política. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (ORGS.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 127-152.
- \_\_\_\_\_. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, M; KOHLHEPP, G. (Coords.). *Amazônia Sustentável: Desenvolvimento Sustentável entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005, p. 15-22.
- \_\_\_\_\_. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 271-308.
- \_\_\_\_\_. *Ciência, Tecnologia e Inovação Condição do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia*. Série Tecnologia e Sociedade (MCT), v. 15, 2010A, p. 15-34.
- \_\_\_\_\_. Aula Magna da Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense. Paletstra: *Amazônia: Mudança Climática, Projetos Globais e Interesse Nacional*. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Ed. Especial Amazônia*. National Geographic Brasil, nº 134, 2011A.
- \_\_\_\_\_. *Defendemos uma atuação social e ambiental responsável*. Entrevista: CSN, 2011B.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte*. Seminário de Construção da Dimensão Estratégica do PPA. Apresentação em lâminas. 2011C.
- BOFF, L. *Cuidar da Terra, salvar a vida: como evitar o fim do mundo*. São Paulo: Editora Record, 2011.
- BRUNTLAND, G et al. *Nosso Futuro Comum*. ONU: 1987.
- CAMPELLO, M. A Amazônia como estratégia de defesa e desenvolvimento da América Latina. In: *ANAIS do XII Congresso Internacional FOMERCO*. Rio de Janeiro, 2011.
- IPAM. *REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD*. – 3ª Edição – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

- LAMBERT, J. *Os dois brasis*. Rio de Janeiro: Inep, 1959.
- MAIMON, D. Mudança da política ambiental. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (ORGS.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 273-295.
- MOTA, J. *O Valor da Natureza: Economia e política dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. *Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O Desafio Ambiental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SABROZA, P; LEAL, M. Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Alguns Conceitos Fundamentais. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 1, p. 45-94.
- SACHS, I. Os desafios da Segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro. In: *Suplemento Especial. Sustentabilidade e Desenvolvimento: O que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- SZWARCWALD, C; LEAL, M; JOURDAN, A. Mortalidade infantil: o custo social do desenvolvimento brasileiro. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992, v. 2, p. 252-278.